

## 2.

### **Territorialidades, Desenvolvimentos e Sustentabilidades: algumas reflexões acerca de suas funcionalidades como ferramentas políticas**

A comunidade de caranguejeiros, localizada em Itambi, distrito do município de Itaboraí, na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), na parte leste da Baía de Guanabara, e sob jurisdição da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, será *des-re-territorializada*<sup>3</sup> devido à entrada do maior empreendimento da Petrobras<sup>4</sup> na RMRJ, o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ).

A população residente atualmente em Itambi ocupa casas nos mangues da APA de Guapimirim e será transferida de seu lugar de vida, sobrevivência e convivência para prédios de um conjunto habitacional que está sendo construído na rodovia BR-493, no estado, que será um dos segmentos do futuro Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, o complexo traz consigo, pelo seu Relatório de Impactos Ambientais (RIMA), concepções acerca de desenvolvimento, modernização e sustentabilidade que são difundidas pelo *site* da Petrobras, em seus folhetins informativos, Estado, mídia e por Organizações Não-Governamentais (ONGs) que atuam no local. São visíveis, perante uma análise cuidadosa destes meios de informação, as contradições entre as potencialidades locais e o discurso do COMPERJ, de modo que se torna necessária uma reflexão crítica sobre tal condição a fim de que projetos de desenvolvimento passem a considerar de fato as possíveis transformações socioespaciais das populações territorializadas nos espaços visados pela atividade econômica em questão.

O território estudado abarca múltiplas dimensões (cultural, política, econômica e as da natureza), o que torna necessária uma visão integradora e não-

---

<sup>3</sup> Esse trabalho utiliza *des-re-territorialização* hifenizado baseado em Rogério Haesbaert, já que a partir do autor, entende-se que toda desterritorialização está acompanhada de reterritorialização(ões).

<sup>4</sup> A Petrobras (corporação majoritária no consórcio empresarial criado para viabilizar o empreendimento) apresenta a obra em seu *site*, em diversos meios de comunicação e pelo próprio RIMA do COMPERJ como o maior investimento individual de sua história, cerca de oito bilhões de dólares (Disponível em < <http://www.comperj.com.br>>, Acesso em 19 de janeiro de 2010).

dicotômica que evite a separação entre cultura-natureza e material-imaterial. A busca pela compreensão da realidade estudada à luz do conceito de território significa que o conceito não apenas servirá de instrumento para interpretação e significação de uma realidade “em devir”, como o próprio é componente dessa realidade. Esse é também instrumento de uso, já que intervém nessa realidade “em processo”, participando e modificando, ou seja, transformando o “real”, que ele mesmo “re-conhece” (HAESBAERT, 2008).

Nesse sentido, compreende-se aqui o território como o lugar de luta, resistência e busca por melhores condições de vida, estas entendidas como qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento(s)<sup>5</sup>. Entende-se que a territorialidade (a ser discutida mais adiante) possa ser potencializada como estratégica política na busca desse(s) desenvolvimento(s) com mais autonomia dos sujeitos envolvidos.

Acredita-se que o olhar sobre a territorialidade da Comunidade de Itambi seja necessário para que outras populações do Brasil também possam ser entendidas como singulares, ou seja, com culturas, interesses, necessidades e desejos diferentes e particulares, mesmo estando inseridas, em maior ou menor grau, em um contexto nacional e global. Dessa maneira, espera-se contribuir para que os projetos de desenvolvimento transformem as realidades locais de acordo com os interesses das populações diretamente envolvidas.

Ainda neste capítulo trabalharemos também com a compreensão das representações e discursos hegemônicos dos conceitos/noções de desenvolvimento e sustentabilidade. A partir dela, pode-se expor as bases das concepções de desenvolvimento e sustentabilidade sobre as quais os gestores do COMPERJ se apóiam e suas contradições com o território, o que será mais amplamente discutido no capítulo 2.

Como um contraponto, serão analisadas reflexões acadêmicas que prezam pela necessidade de pensarmos as sustentabilidades para os desenvolvimentos pautadas nas particularidades do território, ou seja, em outras racionalidades não-hegemônicas que são correntemente ignoradas.

---

<sup>5</sup> Explicar-se-á mais detalhadamente o que esse trabalho entende pelo conceito/noção de desenvolvimento no decorrer deste capítulo.

Neste sentido, as discussões centrais do presente capítulo passarão pelas reflexões acerca dos conceitos/noções de território/territorialidade, identidade territorial, autonomia, desenvolvimento local e sustentabilidade(s), todos eles entendidos como instrumentos de intervenção no real através da organização e luta pela cidadania e participação na gestão do diferente e do desigual (SAQUET, 2008).

## 2.1.

### **A Busca da(s) territorialidade(s) para desenvolvimento(s) com maior autonomia**

A abordagem territorial aqui proposta enfatiza as relações de poder que constituem o território. Estas, baseando-se em Haesbaert (no prelo, p.09-10), abrangem desde a natureza estatal-administrativa e político-econômica até a mais simbólica, o que inclui a própria identidade territorial da Comunidade de Itambi entendida aqui também como instrumento de poder.

Entende-se assim que o território não envolve unicamente o tradicional poder político. O mesmo autor (2007) compreende que o território diz respeito tanto ao poder na dimensão mais explícita, de dominação, até a mais implícita, de apropriação e, baseado em Lefèbvre<sup>6</sup>, entende que os processos de dominação estão vinculados a dinâmicas mais concretas, “funcionais”, de valor de troca, enquanto que os de apropriação seriam os relacionados aos processos mais simbólicos, do “vivido”, ao valor de uso. O território, dessa maneira, estaria sempre dentro de um *continuum*, entre a dimensão de dominância “funcional”, em um extremo, e de dominância simbólica, em outro extremo, dois pólos que, por sua vez, não necessariamente se opõem.

Entretanto, como se observa no caso da Comunidade de Itambi, o “território funcional e simbólico” de interesses de certos grupos ao imporem a *des-re-territorialização* dessa comunidade, invade “as funções” da comunidade, refazendo e interferindo, dessa maneira, na própria re-configuração das construções identitárias desse grupo, ou seja, interfere no “vivido” dessa comunidade.

---

<sup>6</sup> Haesbaert (2007, p.21) afirma que embora Lefèbvre se refira sempre a espaço e não a território, ele não trata o espaço de maneira genérica e abstrata, e sim como um espaço-processo. Assim, o espaço, enquanto concebido, percebido e vivido, é sempre um espaço socialmente construído.

Seguindo esse raciocínio, Rua (2007) também baseado em Lefèbvre, compreende então que o espaço (feito território), ao mesmo tempo em que traz simbolismos do cotidiano, do vivido, do particular, pode também transmitir mensagens de poder e de dominação hegemônica, “expressões do geral, do concebido que, muitas vezes, são aceitas/impostas como única alternativa” (p.162). Nesse sentido, o COMPERJ traz consigo esse discurso, visto como uma “possibilidade única”, até então “nunca conquistada”, e “desejada por todos”, de “desenvolvimento”, “progresso”, “modernização” na região metropolitana do Rio de Janeiro, em especial no município de Itaboraí. Tal ideário passa a ser divulgado pelo Estado e pelos interesses de alguns grupos em seus diversos meios de comunicação, e a força com que esse discurso é imposto e circulado sem questionamentos e alternativas faz com que grande parte da população local, do estado do Rio de Janeiro e do Brasil o aceitem e contribuam para a sua proliferação.

Então, como Saquet (2007) evidencia, os mediadores da reprodução do poder e do controle do/no espaço desses grupos hegemônicos, são “a formação de redes de circulação e comunicação que ligam o singular ao universal e vice-versa, interferindo dessa forma diretamente nas territorialidades dos diferentes indivíduos e classes sociais” (p.129). Isto pode levar mesmo ao “fim” de certos grupos e territorialidades e à perda dos seus principais referências simbólicos, impossibilitando a própria sobrevivência dos indivíduos.

Em alguns relatos, não apenas dos moradores da Comunidade de Itambi, como também dos gestores das unidades de conservação envolvidos no projeto de modernização, Itambi está fadada a desaparecer. A perda do território significa assim o fim do próprio grupo com a desvinculação direta da funcionalidade com a identidade.

Haesbaert (2007, p.23), baseado em Milton Santos (2000) e Jean Gottman, diferencia o território para os “atores hegemônicos” do território para os “atores hegemonzados”. Nessa distinção, o primeiro trata o território como recurso, como acumulação e lucro em nosso sistema de produção, ou seja, “um meio para obter um fim”, estando esses atores, muitas vezes, desvinculados com o território. Já o segundo compreende o território como abrigo, proteção, ou seja, “um fim em

si mesmo”. Enquanto o primeiro pode abstrair-se da identificação com o território, para o segundo, a perda do território pode significar “desaparecer”.

Contudo, o chefe da APA de Guapimirim e o chefe da Estação Ecológica da Guanabara vão mais além: eles acreditam que com a instalação do COMPERJ no local, mesmo que as pessoas permaneçam em seu território de vida de até então, a comunidade “desapareceria” da mesma forma, já que seus membros perderiam seus referenciais simbólicos, seus recursos materiais de sobrevivência e a afetividade com o território. Ou seja, a Comunidade de Itambi seria forçada, de qualquer maneira, a se deslocar em um futuro próximo.

Observa-se assim, a partir das interpretações tanto da própria comunidade como dos gestores das Unidades de Conservação (UCs), que a Comunidade de Itambi estaria vivenciando uma precarização territorial tanto no sentido simbólico-cultural como no político-econômico. Isso nos leva diretamente à discussão de Haesbaert (2004) quando o geógrafo relaciona *desterritorialização à exclusão social*. A partir das interpretações dos parágrafos anteriores compreende-se que os territórios sejam também recursos inerentes à reprodução social e, dessa maneira, a exclusão social e a efetiva pobreza equivaleriam à exclusão territorial. A partir daí, a desterritorialização deve ser vista no seu sentido mais forte e mais estrito:

(...) a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade (HAESBAERT, 2004, p.315).

Dessa maneira, segundo o autor, a desterritorialização em seu aspecto social, tão pouco enfatizada na discussão de desterritorialização, é a que poderia carregar melhor essa noção, ou seja, é quando os grupos, de fato, perdem o seu referencial simbólico, seu lugar de abrigo, proteção e sobrevivência.

Entretanto, sendo justos ao autor, essa desterritorialização nunca é absoluta, sendo sempre acompanhada de reterritorialização(ões)<sup>7</sup>. Nesse sentido, a Comunidade de Itambi vive efetivamente um processo de *des-re-territorialização*,

---

<sup>7</sup> Discussão central em seu livro de 2004, **O Mito da Desterritorialização**, no qual o autor afirma que não estaríamos vivendo uma desterritorialização, como muitos defendiam/defendem, como Virilo e Badie, e sim vivenciando uma multiterritorialidade. A interconexão de territórios-zona, mais tradicionais, com territórios-rede, mais envolvidos pela fluidez e a mobilidade, nos leva, dessa maneira, a expressão da multiterritorialidade vivenciada por diferentes sujeitos, porém mantendo a sua singularidade nos diferentes lugares, assim como afetando diferentemente e desigualmente os diferentes lugares e grupos sociais.

sendo a análise deste processo necessária para detectar sua precarização territorial, tanto no sentido da dimensão político-econômica do território quanto da dimensão simbólico-cultural.

Busca-se nesse trabalho, a partir, principalmente, das falas dos moradores da comunidade em estudo, compreender o processo de desterritorialização dos mangues da APA de Guapimirim, analisando tanto conseqüências que já podem ser visualizadas como o próprio imaginário dessa população no que diz respeito ao futuro do grupo. Ou seja, busca-se entender esse processo desde o sentimento da perda gradual já concretamente efetivada de certos referenciais simbólicos (o abrigo, convivência e afetividade com outros moradores) até a do controle do território. No capítulo 3, um olhar nas múltiplas dimensões dos processos econômico-político e simbólico-cultural será realizado mais detalhadamente.

Pode-se assim compreender o medo da desterritorialização como exclusão social. Entretanto, seguindo com o raciocínio de Haesbaert (2004), é importante atentar para a compreensão da noção de exclusão. Nas palavras do autor, esta:

(...) deve ser sempre qualificada, adjetivada (...) jamais deve ser vista na perspectiva conservadora que faz uso do termo para legitimar medidas paliativas de “reinserção” social, sem questionar as condições de (in)justiça social, (in)quidade econômica, (falta de) autonomia política e reconhecimento cultural dos grupos sociais nela envolvidos (p.319)

Essa racionalidade sobre a exclusão pode servir de base para discursos e estratégias de determinados grupos que agem de acordo com interesses próprios alegando estarem a serviço do “bem comum” de muitos, sem que estes sejam consultados ou participem das decisões sobre a sua própria existência. A própria re-territorialização da Comunidade de Itambi dos mangues para um conjunto habitacional é justificada em alguns documentos de gestores envolvidos na obra do Programa de Aceleração do Crescimento<sup>8</sup> (PAC) e de outras das UCs envolvidas na política de “bem comum” da comunidade. Entretanto, esse “bem” para comunidade é questionado nas próprias falas dos moradores da Comunidade

---

<sup>8</sup> Segundo o site do Governo Federal, o PAC além de ser um programa de expansão do crescimento, é considerado um novo conceito de investimento em infra-estrutura, já que aliado a medidas econômicas tem o objetivo de estimular os setores produtivos e, ao mesmo tempo, levar benefícios sociais para todas as regiões do país (Disponível em: <<https://www.pac.gov.br/>>, Acesso em 15 de abril de 2009). Ver os investimentos do PAC no Estado do Rio de Janeiro: [http://www.brasil.gov.br/pac/.arquivos/relatorioRJ\\_090409.pdf](http://www.brasil.gov.br/pac/.arquivos/relatorioRJ_090409.pdf).

de Itambi que alegam não terem sido consultados, mas apenas comunicados de sua futura remoção. Alguns moradores argumentam que eles deveriam ter sido perguntados sobre o que eles pensam sobre o que é o “bem” deles<sup>9</sup>. Este ponto será aqui retornado e trabalhado nos capítulos seguintes.

A partir disso, torna-se agora necessário levantar a questão da identidade territorial, baseando-se na reflexão de Haesbaert (2007a). Para este autor, essa identidade é uma estratégia de luta e/ou resistência, o que deve ser ampliado pela visão de Saquet (2007) para quem deve ser destacado o caráter político da identidade como possibilidade de transformação social.

Como Haesbaert (2007a) nos lembra, a questão não é a discussão da veracidade ou falsidade de uma construção identitária, mas sim de sua eficácia política. A identidade é ligada diretamente a ações de natureza política e paralelamente também se constitui em um recurso por um mínimo de reconhecimento, “tendo em vista romper com a indiferença e o ‘desconhecimento’ que a massificação (em especial, mas não unicamente, da pobreza) promove” (HAESBAERT, no prelo, p.4). Seria, dessa maneira, o reconhecimento da diferença.

Encontrou-se nas falas dos moradores da Comunidade de Itambi a afirmação e reivindicação de sua identidade, as quais podem aqui ser interpretadas como estratégias de luta, que incluem a luta pelo próprio território em sua dimensão material. Haesbaert (2007a), baseado em Lévi-Strauss (1977), afirma que de algum modo a luta pela afirmação das diferentes identidades tem suas causas e consequências materiais, ou seja, “é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais rigorosas de apego a identidades territoriais ou ‘territorialismos’” (HAESBAERT, 2007, p.23).

O mesmo grupo e/ou comunidade pode abrir-se ou fechar-se em diferentes tempos históricos. A busca pela legitimação de uma identidade mais fechada, ou mais aberta, é consequência de sua estratégia de luta e resistência, e é aí que a territorialidade pode ser potencializada na busca por desenvolvimento(s).

---

<sup>9</sup> Ressalta-se aqui que esse é apenas um dos argumentos para a saída da Comunidade de Itambi dos mangues da APA de Guapimirim para o conjunto habitacional. Serão discutidos, mais detalhadamente, os motivos e as justificativas da mudança da comunidade no capítulo 3 dessa dissertação.

Pode-se perceber também nos relatos dos moradores da Comunidade de Itambi uma sobrevalorização de recursos simbólico-identitários. Os caranguejeiros falam sobre a perda da “referência do caranguejo”, sobre o fato de já estarem acostumados a morar no local (em casas nos mangues), se queixam que perderão sua tranquilidade, questionam onde plantarão suas árvores, ficarão seus barcos (que ficam hoje atracados atrás de suas casas), colocarão suas galinhas, abordam a perda da sombra e do espaço conquistados, alegam que terão que conviver com pessoas que não estão acostumados, preocupando-se até com o campeonato de futebol que é realizado uma vez por ano na comunidade. A busca pela valorização de referenciais simbólicos pela afirmação de certas diferenças pode constituir de fato a luta pela sua própria sobrevivência, assunto também a ser tratado no capítulo 3. Da mesma forma, a territorialidade da Comunidade de Itambi, se potencializada, pode servir de instrumento político para a transformação social. Tal afirmação se coaduna com a afirmação de Haesbaert (2007a) para quem a territorialidade tanto pode buscar constituir laços puramente simbólicos “como levar a ações efetivas na construção ou na defesa e/ou manutenção material de espaços de identidade” (p.44).

Mesmo que a relevância da identidade se dê pela sua eficácia política e não propriamente pela sua verdade, no caso da Comunidade de Itambi, a referência a recortes espaciais reais pode auxiliar, e muito, a eficácia dos discursos identitários (HAESBAERT, 2007a, p.44).

A territorialidade da Comunidade de Itambi, ou seja, as suas relações sociais (econômicas, políticas e culturais), atividades diárias e relações com a natureza, pode ser valorada e utilizada por esse grupo como estratégia político-cultural (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009, p.8). Nesse sentido, Dematteis (2008) distingue territorialidade passiva e ‘negativa’ de territorialidade ativa e ‘positiva’, a partir das diferentes abordagens dessa concepção por Sack (1986) e Raffestin (1981, 2007). O primeiro autor a entende como “a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar as pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território (...)” (SACK, 1986, p.19). O segundo, juntamente com outros autores, entende-a como:

Conjunto de relações que nasce em um sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo, com vistas à maior conquista possível de autonomia, compatível com os recursos de um sistema (...) conjunto de relações que uma sociedade, e por isso os indivíduos, têm com a exterioridade e com a alteridade para satisfazer os próprios desejos com a ajuda de mediadores, na perspectiva de obter a maior autonomia possível, tendo em conta os recursos de um sistema (DEMATTEIS, 2008, p.34).

Nesse sentido, a primeira partiria de estratégias de controle e normas associadas, excluindo sujeitos e recursos, e a segunda visaria estabelecer a construção de estratégias de inclusão a partir “de ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais” (p.35). O autor, porém, ressalta que nem sempre os objetivos da territorialidade passiva são negativos, já que antes de tudo é “com a finalidade do bem” que se exerce o controle. Entretanto, com a transferência da Comunidade de Itambi dos mangues para um conjunto habitacional, este ‘bem’ é delegado a partir de interesses de determinados grupos, e não a partir da autonomia e dos interesses das populações locais “com a finalidade do bem”.

Souza (2001), baseado em Castoriadis (1983), define autonomia, contrapondo-a a heteronomia. Segundo ele, a autonomia apresenta duas faces:

...a individual (capacidade psicológica e possibilidade material e institucional efetiva de o indivíduo estabelecer fins para a sua existência e perseguir-los de modo lúcido, em igualdade de oportunidades com os outros indivíduos da mesma sociedade) e a coletiva (presença de instituições sociais que garantam igualdade efetiva - e não apenas formal - de oportunidades aos indivíduos para a satisfação de suas necessidades e, muito especialmente, para a participação em processos decisórios relevantes na regulação da vida cotidiana) (SOUZA, 2001, p.159).

Assim sendo, a autonomia de cada comunidade pode ser a construção de outras racionalidades “de baixo para cima”, ou seja, a partir da participação social inerente aos seus valores culturais e seus interesses, e não como normalmente é, “de cima para baixo”, com o domínio do mercado e do Estado sobre os povos, ditando as leis e normas às sociedades (heteronomia). Contudo, como nos lembra o geógrafo brasileiro, devemos ter em mente que a conquista da autonomia é um processo e que o diálogo uma vez buscado entre culturas distintas não deve ser rejeitado. (SOUZA, 2001).

Seguindo esse raciocínio, Souza (2001, p.163-164) acredita que a territorialidade autônoma seja então a gestão radicalmente democrática do

território e a capacidade da defesa do mesmo, incluindo seus simbolismos, em face de ameaças externas. Assim como o autor, não se defende aqui uma auto-suficiência da Comunidade de Itambi sob um velho anarquismo, mas sim a conquista crescente de mais direitos e liberdades para o maior número de pessoas possíveis. Nesse sentido, compreende-se aqui que a territorialidade seja a mediação, relação social, prática e cognição em que se acrescenta a necessidade da qualidade de vida, o que inclui qualidade ambiental, na geração de relações autônomas (SAQUET, 2007). Dessa maneira, a territorialidade de Itambi inclui também as concepções de qualidade de vida do grupo que a constitui e as suas relações com a natureza exterior, as quais também obviamente terão um caráter singular.

Dessa maneira, a abordagem territorial desse trabalho procura reconhecer o movimento, contradições, natureza, relações de poder e identidade territorial, os quais certamente necessitam de organização política, na busca pela autonomia, para o(s) desenvolvimento(s).

Cada indivíduo, cada família, cada instituição pública ou privada, cada unidade produtiva e de consumo, de vida produzem relações históricas e multiescalares, de poder, territoriais, territorialidades que podem ser potencializadas para um desenvolvimento<sup>10</sup> com mais autonomia, que incorpore a distribuição de terras, de capital, as diferenças culturais, a vida em sociedade e em natureza, sem medo, vícios, armadilhas (SAQUET, 2007, p.176).

Nesta citação do autor, o vocábulo ‘desenvolvimento’ foi sublinhado para que se comece a caracterizar o desenvolvimento desejado neste trabalho. Acredita-se, como Saquet (2007), que esse processo deva ser identificado localmente, de acordo com as necessidades dos indivíduos e a autonomia de cada lugar, sem rejeitar ou desconhecer o *outro*. O desenvolvimento deve ser sempre territorial, construído com a participação dos diferentes sujeitos, interesses e necessidades. A territorialidade da Comunidade de Itambi assim pode ser potencializada como estratégia de organização e luta na busca pelo seu próprio desenvolvimento territorial.

Acredita-se que mesmo com as diversas críticas nas últimas três décadas ao chamado “mito do desenvolvimento”, onde a idéia de desenvolvimento foi rejeitada como se referisse, unicamente, à hegemonia do crescimento econômico

---

<sup>10</sup> Grifo nosso.

somada à modernização tecnológica<sup>11</sup>, é possível re-contextualizarmos o termo sob uma forma alternativa, a de *desenvolvimento socioespacial*<sup>12</sup>, conforme concebe Souza (2003).

Sob esta reflexão, o COMPERJ insere-se no território da comunidade em questão trazendo consigo concepções de desenvolvimento e sustentabilidade no seu discurso. Entretanto, contradições entre as realidades locais e as propostas do complexo industrial são percebidas, o que torna necessária uma revisitação das noções de desenvolvimento socioespacial e sustentabilidade.

Nesse momento, analisar-se-á o conceito/noção desenvolvimento e em seguida o de sustentabilidade, compreendendo o papel de suas representações e discursos, defendendo-se a busca por modelos de desenvolvimentos e sustentabilidades diferentes e singulares, alternativos aos impostos até então, nos diferentes lugares.

## 2.2.

### **Do desenvolvimento uno ao(s) desenvolvimento(s) múltiplo(s)**

Nesse momento merecem destaque as reflexões de Celso Furtado, que durante toda a sua trajetória de vida intelectual, acadêmica e de gestão preocupou-se em pensar e “construir” o Brasil em consonância com as diferentes épocas de sua formação. A busca do/pelo desenvolvimento, salientando-se a plena participação dos indivíduos nos processos decisórios, sempre esteve presente em seus escritos, nos quais da mesma maneira sempre afirmava as diversidades e singularidades existentes nos diferentes lugares do Brasil, os seus “diferentes Brasis”. Seria injusto então se a discussão aqui proposta não começasse a partir das concepções do célebre economista brasileiro, já que a pesquisa em curso foi pensada, desde seu início, a partir das leituras de sua obra. Além disso, acredita-se e reforça-se a importância do legado do economista para a construção de um Brasil democraticamente mais justo.

---

<sup>11</sup> Um dos autores que nega a própria idéia de *desenvolvimento*, é Porto-Gonçalves (2006), entendendo-a unicamente como nome-síntese da idéia de *dominação da natureza* e trabalhando com a ideia *des-envolver*, o que tira o envolvimento (a autonomia de cada povo e cultura).

<sup>12</sup> Souza (2003) discute no livro *ABC do desenvolvimento urbano* o conceito/noção de desenvolvimento de maneira introdutória e didática. O autor afirma que o espaço social foi com frequência, totalmente ou quase totalmente, esquecido pelos teóricos do desenvolvimento e defende que o desenvolvimento que leve em conta os interesses legítimos de toda uma sociedade, devendo ser socioespacial.

Furtado (1978) nos lembrava das ambigüidades inerentes à idéia de desenvolvimento, em que o mesmo conceito / noção é utilizado para processos históricos diferentes, salientando ainda que o processo de desenvolvimento não possa existir sem que haja a liberação criadora de um povo. O autor supracitado acredita que a “modernização” afastou-se das necessidades mais elementares da população. Dessa maneira, os obstáculos à passagem da simples modernização ao desenvolvimento cimentam-se na esfera social (FURTADO, 1984).

Em 1962, Furtado nos afirmava que “acima de tudo devemos ter um plano de desenvolvimento econômico e social à altura de nossas possibilidades e em consonância com os anseios de nosso povo” (p.32). Naquele momento, o autor já nos alertava sobre a utilização de modelos de desenvolvimento fechados e pré-fabricados em outras realidades para as soluções dos nossos problemas. Acreditava que deveríamos buscar, em nossa realidade, uma política que orientasse o desenvolvimento do país.

O economista, em 1978, já defendia que, em muitos lugares, o que incluía o Brasil, o processo de modernização significava ocidentalização, ou seja, o perecimento dos valores das culturas locais. Na continuidade dessa ideia, Rua (2007) compreende, a partir de Latouche (1994), que o trinômio modernização-progresso-desenvolvimento é sinônimo de Ocidentalização, sendo o Ocidente muito mais uma noção ideológica do que uma noção meramente geográfica. Da mesma maneira, Celso Furtado acreditava que a civilização industrial poderia ser lida como “uma crônica do avanço da técnica”, ou seja, todas as formas criativas seriam subordinadas à racionalidade instrumental (1978, p.78).

O projeto civilizatório do Ocidente, de acordo com Rua (2007), formado pelo tripé modernização-progresso-desenvolvimento, ao se tornar hegemônico foi imposto a todos os cantos do globo. “O desenvolvimento passou assim a fazer parte do próprio imaginário social e os seus discursos pareciam ‘colonizar’ a realidade” (p.145).

Rua (2007), baseado em Escobar (1995), acredita que o colonialismo e o desenvolvimento introduziram uma violência moderna engendrada por meio de representações, tornando ela mesma uma fonte de identidade. E mesmo com as diversas críticas, a partir dos anos 1980, a essas representações que se tornam

dominantes e “colonizam a realidade”, o discurso do mercado e do neoliberalismo reafirmam a visão do desenvolvimento como modernização (p.145-146). Segundo Rua (2007), a modernização seria a base concreta da modernidade, tendo como conceito-gêmeo o progresso<sup>13</sup>. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a ambos foi acrescentado o conceito síntese desenvolvimento. Nas palavras do autor:

Evolucionista, como os anteriores, de caráter sempre positivo, como os dois conceitos que o têm acompanhado (progresso e modernização), o desenvolvimento tem se mostrado ainda mais forte ideologicamente. Além do caráter positivo e evolucionista, sintetiza, também, um projeto civilizatório ocidental que coloca como instrumento operativo de um paradigma a ser seguido por todos (RUA, 2007, p.149).

Muitos pós-colonialistas<sup>14</sup> trazem a cultura para o centro nos estudos de desenvolvimento e como Rua (2007) ressalta essa abordagem é importante para enfatizar outras dimensões além da econômica; a partir dessa racionalidade, essa pesquisa ao analisar o projeto de desenvolvimento via COMPERJ na RMRJ, verifica outras dimensões, o que inclui assim os próprios valores da Comunidade de Itambi, seus recursos simbólicos-identitários e sua relação com a natureza exterior. Entretanto, não podemos cair no culturalismo e deixarmos o econômico de lado, vendo a cultura como uma dimensão autônoma, *a-histórica*.

A partir de uma análise crítica da ocidentalização imposta ao mundo em suas territorialidades dominantes, percebem-se as histórias de alguns, impostas a todos. Nessa concepção, ocorre não apenas a repressão do espacial como da possibilidade de outras temporalidades, de outras trajetórias que sejam diferentes

<sup>13</sup> Segundo Furtado (2000), “as raízes da idéia de progresso podem ser detectadas em três correntes do pensamento europeu que assumem uma visão otimista da história a partir do século XVIII. A primeira delas filia ao Iluminismo, que concebe a história como uma marcha progressiva para o racional. A segunda brota da idéia de acumulação de riqueza, na qual está implícita a opção de um futuro que encerra uma promessa de melhor bem-estar. A terceira, enfim, surge com a concepção de que a expansão geográfica da influência européia significa para os demais povos da Terra, implicitamente considerados ‘retardados’, o acesso a uma forma superior de civilização (p.9).

<sup>14</sup> A partir de Sousa Santos (2004), entende-se por pós-colonialismo um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, presentes hoje em todas as ciências sociais, que dão primazia teórica e política às relações desiguais constituídas historicamente no colonialismo entre os países do Norte e do Sul para explicação e/ou compreensão do mundo contemporâneo. Essa corrente de pensamento acredita que mesmo com o fim do colonialismo enquanto relação política há ainda colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória. Hall (2003) afirma que uma das principais críticas aos pós-colonialistas seria a ausência em seus textos do relacionamento do pós-colonialismo com o capitalismo global. Como exemplo de autores pós-coloniais, destacamos o historiador e crítico literário palestino Edward Said e seu livro **O Orientalismo** (1978).

do modelo ocidental europeu. A importância dada à dimensão cultural está justamente nesse ponto:

(...) colocando-a no plano da econômica, política, simbólica ou ecológica, pretendemos lembrar a importância dessa dimensão para análise do desenvolvimento como um processo imposto a partir de um autodenominado centro mundial (Ocidente/capitalismo) (RUA, 2007, p.183).

Portanto, a busca do/pelo desenvolvimento no território estudado deve assim levar em conta as características e os modos de vida locais. Dessa maneira, nos perguntamos: os gestores do COMPERJ consideraram ou estão considerando os valores das populações que lidam e vivem dos/nos mangues da região?

Entende-se assim, a partir de Souza (1996), que só teria sentido falar em “desenvolvimento” se esse se distanciasse da conotação teológica, etnocêntrica e capitalística, assim como da sua idéia-irmã de “progresso”. Desenvolvimento implica, segundo o autor, uma idéia de valor, um objetivo ou objetivos a serem alcançados, entretanto, esses fins não significam um “estágio final” ou que exista um certo paradigma e uma certa trajetória “evolutiva” (p.10).

Não existe, dessa maneira, uma “nova teoria” para o desenvolvimento territorial da Comunidade de Itambi. Os objetivos almejados por esse grupo deveriam assim ser buscados a partir do juízo de valor dado pela própria comunidade, ou seja, a partir dos interesses e das necessidades dessa população nos seus diferentes tempos históricos. Dessa maneira, só terá sentido falar em qualidade de vida e justiça social para a Comunidade de Itambi, se essas concepções também forem construídas de “baixo para cima”, em outras palavras, se também forem concebidas a partir da própria comunidade. Obviamente, assim, os próprios moradores da Comunidade de Itambi devem ter voz ativa nas decisões que afetam e interferem “suas funções” e seu “vivido”.

Dessa forma, não existem outras soluções homogeneizadoras para a diversidade e complexidade do “real”. O projeto de civilização ocidental (modernização / desenvolvimento) não pode ser simplesmente substituído por outras generalizações. Souza Santos (2004), trabalhando com a concepção de emancipação social<sup>15</sup>, defende que esta deva ser reinventada, “indo mais além da teoria crítica produzida no Norte e na práxis social e política que ela subscrevera”

---

<sup>15</sup> Concepção ocidental, como nos alerta RUA (2007).

(p.6). O autor critica o universalismo e historicismo, enfatizando a possibilidade de modernidades alternativas. Entretanto ele afirma, tal como Rua (2007), que não devemos buscar uma teoria geral para emancipação social, ou seja, devemos pensá-la em sua pluralidade, em emancipações construídas a partir da participação dos diferentes povos. Assim sendo, a emancipação social da Comunidade de Itambi só terá sentido se for pensada e buscada a partir da participação dos próprios moradores da comunidade.

Defende-se, então, tal como Rua (2007), o desenvolvimento local como uma ação possível, apesar de se reconhecer algumas restrições explicativas / instrumentais na diversidade e complexidade das realidades locais. É importante ressaltar aqui que não negligenciamos nenhuma escala, o papel do Estado (o qual consideramos fundamental em qualquer política, seja local, regional ou nacional) e as questões de classe social. A intenção não é supervalorizar a escala local que, por si só, é vazia, mas acreditamos que o ponto de partida deva ser as compreensões das vivências das pessoas, do cotidiano, do local (embutido de valores e caracteres globais). Portanto, explicar-se-á melhor o quê esse trabalho compreende por local.

O local surge de dentro do global como Hall (2003) nos lembra, mas não é apenas um simulacro deste. Ou seja, a mistura das relações sociais globais com locais interage e afeta de maneira diferentemente e desigualmente nos/os diferentes lugares. A referência pode assim ser construída em um lugar em movimento, mantendo um elemento que é o da singularidade que tem um caráter único. É a combinação das coisas de uma forma específica em um determinado lugar, “que interagem com a história acumulada de um lugar e ganham um elemento a mais na especificidade dessa história” (MASSEY, 2002 [1994], p.185). A Comunidade de Itambi, então, mesmo não estando desconectada de um contexto global, nacional, possui singularidades e particularidades em seus modos de vida, círculo de convivência e relações com a natureza que são facilmente percebidas e ressaltadas nas falas dos moradores, que sempre enfatizaram “que suas vidas e seus cotidianos são muito diferentes do que eu, os cariocas e as pessoas que eu conheço estão acostumados”<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Desde o primeiro contato com a Comunidade de Itambi, no início de 2007, os moradores da Comunidade de Itambi sempre fizeram questão de destacar que o ritmo de vida deles era muito

Rua (2007), seguindo o mesmo raciocínio de Massey (2002):

(...) defende a abordagem multiescalar/transescalar<sup>17</sup> lembrando que ela se realiza não apenas na relação global x local, local x global, mas na relação particularidade (global x local = total x particular) com a singularidade, isto é, o “jogo” desenvolvido no local que identifica (e o torna único em alguns aspectos) (RUA, 2007, p.176).

Outro ponto que esse trabalho procura se atentar quando se refere a desenvolvimento local é identificar os seus agentes, já que, muitas vezes, diferentes deles também podem fazer uso desse discurso para reproduzir um “desenvolvimento hegemônico” que vigora em amplo global. Em outras palavras, a pesquisa procura assim também identificar quais são os agentes que logram o “desenvolvimento” no território em que o COMPERJ está sendo instalado e a partir de quais interesses. De forma que, observam-se contradições nos discursos proferidos entre os gestores envolvidos no COMPERJ e a Comunidade de Itambi, bem como os gestores das unidades de conservação envolvidas.

Defende-se, assim como Saquet (2007), que “há uma relação de complementaridade entre o local e o global sem anular o território” (p.114). As sociedades produzem território(s) e territorialidades(s) de acordo com suas normas, regras, crenças, valores, ritos e mitos, com suas atividades cotidianas (SAQUET, 2007). Dessa maneira, afirma-se novamente que a Comunidade de Itambi, ao possuir parâmetros diferentes e específicos de desenvolvimento, conseqüentemente, deveria também participar na construção do seu próprio desenvolvimento.

O conceito/noção de desenvolvimento precisa assim acentuar a ideia de cada povo, cada grupo social, os quais devem possuir autonomia suficiente para defini-lo de acordo com suas necessidades e com suas características culturais (SOUZA, 1996, p.10).

---

diferente dos cariocas e que a relação que eles tinham com a natureza seria muito próxima. O próprio horário de acordar e dormir é definido pelas marés, já que as marés baixas e cheias definem o horário da cata do caranguejo, principal atividade econômica realizada pela comunidade para a sobrevivência. As singularidades e particularidades da Comunidade de Itambi serão amplamente discutidas no capítulo 3.

<sup>17</sup> Rua (2007a) entende que as múltiplas territorialidades são vividas em diferentes escalas. “A multiescalaridade estaria relacionada à capacidade de vivenciar várias escalas sincrônica ou diacronicamente. Já a transescalaridade poderia relacionar-se à capacidade de ‘transitar’ indiferenciadamente pelas diversas escalas. O primeiro termo poderia estar mais ligado aos indivíduos, socialmente diferenciados, o segundo as empresas (p.276).

O COMPERJ, desde o início de sua instalação, sempre carregou consigo o semblante de “desenvolvimento”. Entretanto, as *des-re-territorializações* das comunidades que estão na sua área de implantação, como é o caso da Comunidade de Itambi, assim como a sua proximidade do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense (MMACF), principalmente com a APA de Guapimirim, divergem da concepção de desenvolvimento que defendemos no parágrafo anterior. A instalação do COMPERJ parece um exemplo das contradições entre os modelos de desenvolvimento socioespacial. No capítulo seguinte, aprofundar-se-á a análise da contradição existente entre as realidades locais e o discurso do COMPERJ, para que possamos compreender as diversas faces desse processo.

Concorda-se então novamente com Rua (2007) que afirma que se deve deixar que os indivíduos de diferentes lugares decidam as formas de vivenciar as suas territorialidades e assim o seu(s) desenvolvimento(s), ou seja, seus parâmetros de justiça social e qualidade de vida, nos quais as relações com a natureza também seriam específicas. Neste momento, fala-se aqui então de sustentabilidade(s), termo que vem sendo muito utilizado nas Ciências Sociais da atualidade e que não deixa de ser criticado por ser considerado por muitos como apenas mais um qualitativo adicionado à noção hegemônica de desenvolvimento. Igualmente, a partir de Rua (2007), acredita-se que a sustentabilidade aparece como a evidência de uma ação possível assim como as múltiplas vivências correspondem a modelos particulares de desenvolvimentos; essas correspondem, da mesma forma, a modelos particulares de sustentabilidades.

Entretanto, o discurso ambiental pode também ser apropriado para evocar um ambiente único e, dessa maneira, todos juntos deveriam defendê-lo em uma só política. Certamente, contudo, a política a ser validada seria referente a interesses de um grupo impostos como ‘a melhor para todos’. Novamente, o pensamento único, agora de um ambiente único, na prática, mais uma vez, nos leva ao ambiente dos negócios (ACSELRAD, 2009).

Observam-se, entretanto, diferentes usos e apropriações do conceito de sustentabilidade. Ao se discutir criticamente o discurso de sustentabilidade que o COMPERJ possui, torna-se necessário, nesse momento do trabalho, compreender, mesmo que brevemente, a história, agentes e atores envolvidos na formulação do conceito/noção de sustentabilidade. Tal abordagem é concebida, prioritariamente,

sob o viés da lógica mercantil e empresarial dado o que se observa do debate ambiental a partir dos anos de 1990 (PORTO-GONÇALVES, 2006). A partir desse debate pode-se apontar para outras racionalidades e estratégicas que visem, principalmente, a justiça social e a qualidade de vida que também deverão ser específicas nos diferentes povos e culturas, questões que vêm sendo esquecidas e substituídas pelo avassalador poder da busca da eficiência econômica.

### 2.3.

#### **Do desenvolvimento sustentável para a(s) sustentabilidade(s)**

Para a compreensão de um conceito de sustentabilidade(s) que abrigue uma agenda política democraticamente mais justa, a partir de outros valores (éticos, culturais e ambientais) e outras racionalidades que fogem a eficiência econômica puramente, entende-se antes de qualquer coisa, a partir da visão de Ascerald (2009), que o conceito/noção sustentabilidade ainda está relacionado, exclusivamente, à lógica das práticas, “articulando-se a efeitos desejados, a funções e práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva” (p.45).

A apropriação do termo é um processo de legitimação/ deslegitimação. De acordo com Acselrad (1999; 2009), são diversos discursos em disputa, distintas representações e valores associados à noção de sustentabilidade na busca de sua expressão mais legítima. Essa suposta indefinição em torno da concepção de sustentabilidade sugere que ainda não haja uma hegemonia estabelecida entre os diferentes discursos. Contudo, é evidente que o discurso econômico até o presente momento foi o que melhor se apropriou da noção de sustentabilidade (ASCELRAD, 1999). A questão ideológica deve estar dessa maneira no cerne da discussão de sustentabilidade, já que se percebe claramente que sustentabilidade (ou desenvolvimento sustentável) constitui uma poderosa ferramenta política nos dias de hoje, perceptivelmente, utilizado por diversas empresas atualmente, constituindo-se em um importante *slogan* da Petrobras e um dos principais discursos inseridos na implementação do COMPERJ. São perceptíveis os impactos sócio-ambientais do COMPERJ no território de sua instalação, contudo o semblante de desenvolvimento sustentável está presente nos documentos oficiais do empreendimento, em seu *site* e em seus diversos meios de divulgação,

ancorado principalmente por um Corredor Ecológico a ser criado em Itaboraí<sup>18</sup> e pela Agenda 21 COMPERJ<sup>19</sup>. Contudo pela opinião de Afonso Sobrinho (representante da Associação de Pescadores da Praia de São Gabriel em Itaoca, São Gonçalo) “a Agenda 21 do COMPERJ é uma forma que a empresa Petrobrás encontrou de legitimar o seu empreendimento” (BANDEIRA DE MENEZES, 2009, p.27).

Em 1992, Furtado afirmava que a civilização criada pela Revolução Industrial, na qual uma minoria dispõe dos recursos não-renováveis sem se preocupar com as gerações futuras, levaria a grandes calamidades. A principal tarefa para o novo século que se aproximava seria o estabelecimento de novas prioridades para uma ação política que apontasse para uma nova concepção de desenvolvimento, este posto ao alcance de todos os povos e capaz de preservar o

<sup>18</sup> De acordo com o *site* do COMPERJ o Corredor Ecológico tem como objetivo “recuperar a flora nativa para conectar o manguezal à Mata Atlântica da região do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Para isso, serão plantados quatro milhões de mudas de árvores, além de ser criado um berçário florestal na Fazenda Viveiros, localizada em Itaboraí, com capacidade de produção anual de 300 mil mudas de espécies da Mata Atlântica. Esse viveiro estará disponível para visitas técnicas das escolas da região. A Petrobras conta com vários parceiros nessa empreitada: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), por intermédio da Fundação Johanna Döbereiner, desenhou o projeto conceitual do Corredor. A OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) Innatus capacitou cerca de 400 pessoas da comunidade em cursos semestrais de práticas de silvicultura, além de artesanato. Já a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) vai elaborar projetos para a recuperação das áreas degradadas” (Disponível em: <<http://www.comperj.com.br/CorredorEcologico.aspx>>, Acesso em 2 de fevereiro de 2010).

<sup>19</sup> Novamente pelo site do COMPERJ: “A Agenda 21 é um plano de ação resultante da Conferência Rio 92. Criada consensualmente com a contribuição de governos e sociedade civil de 179 países, pode ser adotada de forma global, nacional e local em todas as áreas nas quais a ação humana representa algum tipo de impacto ao meio ambiente. É seguindo os princípios desse planejamento que a Petrobras se relaciona com a sociedade dos 15 municípios da área de influência do Complexo Petroquímico, construindo conjuntamente com ela planos locais de desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 estimula o exercício da cidadania, a mobilização social e a formação de parcerias entre os diversos setores da sociedade para o alcance da sustentabilidade social, ambiental e econômica” (Disponível em: <[http://www.comperj.com.br/Agenda\\_21.aspx](http://www.comperj.com.br/Agenda_21.aspx)>, Acesso em 2 de fevereiro de 2010). Entretanto, segundo Bandeira de Menezes (2009) “o sistema de Agenda 21 apresenta uma clara disputa de interesses, a começar pela divisão dos debates por setores. No 1º setor estão os membros de órgãos públicos, o 2º setor engloba empresários, industriais e comerciantes, no 3º setor participam representantes de ONGs, sindicatos, associações de classe e fundações, enquanto o 4º setor é o da representação dos movimentos sociais, de membros da sociedade civil organizada e de associações de moradores. Através de licitações o poder público selecionou ONGs executoras dos Fóruns de Agenda 21 para cada setor. Foram vencedoras o Instituto Ipanema (1º. setor); o ISER (2º setor); a Roda Viva (3º setor) e a ASA (4º setor). O sistema de Agenda 21 prevê Fóruns Municipais de caráter deliberativo para elaborar planos de desenvolvimento locais. Nestes são eleitos quatro delegados (um de cada setor) que representarão os municípios no Fórum Regional da Agenda 21. Desta maneira se forja a representatividade da sociedade civil no âmbito das decisões da agenda. O problema vai além da pseudoparidade, pois também passa pelo próprio entendimento da categoria “comunidade” como um todo homogêneo”(p.26-27).

equilíbrio ecológico. De acordo com autor, o principal desafio que se colocava então no século XXI era:

(...) nada menos que mudar o curso da civilização, deslocar o seu eixo da lógica dos meios a serviço da acumulação, num certo horizonte de tempo, para uma lógica dos fins em função do bem-estar social, do exercício da liberdade e da cooperação entre os povos (FURTADO, 1992, p.75-76).

Em outras palavras, Celso Furtado já nos alertava que a grande utopia, o devir, o projeto do nosso século, seria então a busca pela sustentabilidade. O economista, em 1992 ligava claramente a concepção de desenvolvimento à de sustentabilidade, pensado a partir da nossa realidade, satisfazendo as necessidades de nosso povo e, dessa forma, pela ação criativa dos homens e mulheres de nosso país, afirmando que deveríamos reconhecer/buscar/assumir a nossa própria identidade (FURTADO, 1992).

Entretanto, os rumos no processo de conceituação de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, principalmente nas duas últimas décadas, não parecem seguir exatamente a utopia desejada por Furtado. Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, a questão da sustentabilidade vem sendo pautada em diferentes conteúdos (FONSECA, 2005). A partir dos anos 1980, a discussão em torno do tema de sustentabilidade vem se tornando cada vez mais presente. Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento gera como documento final o Relatório Brundtland, o qual define desenvolvimento sustentável como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”<sup>20</sup>.

A questão ambiental tornou-se pauta internacional de discussão nos anos 1990. A queda do muro de Berlim (1989) e o colapso da URSS contribuíram para o enfraquecimento do Estado, o alavanque das organizações não-governamentais<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> WWF BRASIL (online). Disponível em: < <http://www.wwf.org.br>>, Acesso em 19 de janeiro de 2010.

<sup>21</sup> Chamo atenção para a precisão neoliberal da expressão não-governamental que Porto-Gonçalves (2006) discute. Primeiramente, a expansão da expressão ONGs se deu em um momento em que se tentava relacionar tudo que era vinculado ao Estado como negativo. Somado ainda a um discurso de que os países (pobres) não possuem dinheiro suficiente para se desenvolverem e cuidarem do meio ambiente, e de que seus governos são por si só corruptos. Dessa maneira, o Banco Mundial e outras instituições multilaterais financiam e estimulam as organizações não-governamentais a “substituírem” e fazerem o papel do Estado (PORTO-GONÇALVES, 2006).

e, principalmente, para o fortalecimento da ideologia liberal (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Nesse contexto ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), na qual o princípio de sustentabilidade começa ser concebido como um discurso científico e político (GUIMARÃES, 1997; MARQUARDT, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2006) internacionalmente, ganhando a sua expressão mais legítima de desenvolvimento sustentável, que começou a aparecer nos documentos preparatórios e a ser inserida nas agendas políticas de diversos países.

Segundo Guimarães (1997), desde a Conferência do Rio (1992) a percepção predominante é de que os problemas do meio ambiente estão vinculados aos problemas do desenvolvimento. Entretanto, os principais atores promotores do desenvolvimento sustentável são basicamente os que constituem a base social do modelo dominante atual. Dessa maneira, a lógica pouco se modificou e, conseqüentemente, tampouco os fundamentos econômicos do processo produtivo: capital, trabalho e recursos naturais. Dessa maneira, não é de se estranhar que o Banco Mundial tem sido o principal gestor financeiro de estratégia de desenvolvimento sustentável e o financiador da Agenda 21 (GUIMARÃES, 1997).

Como Acsehrad (1999) nos lembra, se as mesmas forças hegemônicas no projeto desenvolvimentista (Estado e empresariado) incorporam a crítica à insustentabilidade do modelo de desenvolvimento constituinte, certamente seus discursos estarão presentes na própria ideia/noção/conceito de sustentabilidade. Segundo Fonseca (2005), naquele período, definia-se o conceito de desenvolvimento sustentável:

(...) o termo **desenvolvimento** significava a capacidade dos países de produzir mais, o que equivale dizer, que a sua primeira parte estava ligada ao campo da economia. A palavra **sustentável**, naquele momento, se referia às idéias de preservação, conservação e proteção ambiental. Desta maneira o termo funcionava como um adjetivo do substantivo de **desenvolvimento** (FONSECA, 2005, p.4)<sup>22</sup>.

Instalou-se dessa maneira a primeira grande contradição do conceito de desenvolvimento sustentável. A autora supracitada compreende que os valores da

---

<sup>22</sup> Grifos da autora Fonseca (2005).

economia e natureza são por si só incompatíveis e antagônicos, uma tensão essencial, dessa maneira, se estabeleceria desde então (FONSECA, 2005). Segundo Porto-Gonçalves (2006), essa contradição é vista de forma ainda mais cristalina quando relacionada ao conceito de território. O meio ambiente não é apenas um objeto de troca, não é apenas o lugar da produção, mas também o lugar da vivência, da convivência e da solidariedade. Esse é o mesmo lugar onde, no processo de produção, ficam os rejeitos (fumaça, poluição, lixo...) (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.301).

Dessa maneira, a proximidade do COMPERJ com o Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense, principalmente com a APA de Guapimirim, a *des-re-territorialização* das comunidades locais, como é o caso da Comunidade de Itambi, e as possíveis conseqüências ambientais do empreendimento que podem tornar inviáveis as atividades de subsistência das populações locais (pesca, cata de caranguejo, siri...) se contradizem com o discurso de desenvolvimento sustentável envolvido na implementação do complexo.

Furtado (1984) nos lembra, criticamente, que o pensamento baseado em uma racionalidade econômica (técnico-produtiva) não leva em conta os custos sociais e ambientais, gerando a repartição desigual de ônus e bônus entre as classes e grupos sociais (inclusive dentro do mesmo território), gerando, como conseqüência, a desertificação cultural e humana.

Analogicamente ao pensamento do autor supracitado, já podemos perceber os primeiros reflexos da instalação do COMPERJ na transformação do território em questão no que diz respeito à repartição desses custos. Em um olhar inicial, dentre as primeiras vítimas desse “desenvolvimento” inclui-se a Comunidade de Itambi, perceptivelmente destinada a compartilhar os custos sociais e ambientais, ou seja, os ônus, podendo até perder as bases de sua principal fonte de renda, referência e de segurança e com perspectiva reduzida de inserção nessa nova lógica territorial. Em vários depoimentos os catadores ressaltam a importância da permanência da possibilidade da cata do caranguejo para seus filhos, eles argumentam que mesmo se seus filhos optarem por outra profissão, se eles precisarem poderão ter a opção da cata para a sobrevivência. Na fala de um dos caranguejeiros: “(...) poder deixar isso para eles (...) porque isso eles sabem se precisarem, deixar uma segurança”

Fonseca (2005) acredita que para que o desenvolvimento sustentável seja uma relação de congruência devemos buscar outros valores para *desenvolvimento*, *sustentabilidade* e *cultura*, re-conceituando, dessa maneira, a discussão sobre desenvolvimento sustentável a partir do resgate dos valores éticos e culturais. Certamente esse trabalho possui anseios e objetivos comuns com os da autora na busca por outras racionalidades e por um agir ético, e acredita-se que a economia deva estar a serviço (um *meio* e não um *fim*) da integridade ambiental e equidade social. Conforme os ideais propostos até aqui, as realidades são múltiplas e dessa forma a ferramenta política da sustentabilidade deve assim ser pensada em sua multiplicidade<sup>23</sup>. Nesse sentido, busca-se aqui um esforço para pensarmos sustentabilidade(s) no plural (RUA, 2007) fugindo, dessa maneira, das armadilhas ideológicas do pensamento único.

#### 2.4.

#### **Desenvolvimentos e sustentabilidades democraticamente mais justos**

Guimarães (1997) entende que os problemas ocasionados pela desigualdade social e degradação ambiental não podem ser definidos como problemas individuais, já que constituem, de fato, problemas sociais. O autor acredita ser impossível adquirirmos signos de sustentabilidade sem que seja resolvida a imensa desigualdade no acesso e distribuição dos recursos naturais, econômicos e políticos, intra e entre nações. A partir disso, o autor enumera algumas dimensões de sustentabilidades que devem ser aqui destacadas: planetária, ecológica, ambiental, demográfica, cultural, social, política e institucional (GUIMARÃES, 1997).

Da mesma forma, Saquet (2007), baseado em Magnaghi (2000) compreende que a sustentabilidade deve ser pensada para além da proteção da natureza, em que o território, a sustentabilidade política, econômica, cultural e ambiental devem também ser incorporados no seu raciocínio. “Degradar o território significa degradar o ambiente e ‘vice-versa’, sendo que esse ‘vice-versa’ é que tem centralidade” (p.116).

---

<sup>23</sup> Nesse ponto, divergimos de Fonseca (2005), apesar de possuirmos ideais comuns, utilizamos ferramentas conceituais diferentes, já que a autora defende a utilização do conceito de desenvolvimento sustentável, entendido nesse trabalho como um conceito já impregnado de ideologia neoliberal.

Leff (2001) trabalha com o princípio de incomensurabilidade para nos dizer da impossibilidade da redução dos processos ambientais a valores do mercado, ou seja, de se atribuir preços às externalidades ambientais, e acrescenta que “as influências culturais, sociais e institucionais na valorização das externalidades não coincidem com nenhum balanço contábil de custo-benefício, nem é possível atribuir taxas de desconto para atualizar preferências e valorizações futuras” (LEFF, 2001, p.70). Ainda segundo este autor, o processo fundado na racionalidade econômica e no direito privado não só ignora as forças ecológicas de sustentabilidade e de vida do planeta, que é o suporte de todo sistema produtivo, como também transforma e destrói os valores humanos, culturais e sociais (ibidem, 2001).

Pelos argumentos expostos até então, não estaria o COMPERJ fundado ainda numa racionalidade econômica ignorando forças ecológicas de sustentabilidade, tais como áreas de preservação permanente, e destruindo valores culturais e sociais? No capítulo seguinte será discutido mais detalhadamente essa questão.

Ainda Leff nos remete aos movimentos de resistência existentes que se colocam em oposição à apropriação capitalista da natureza e da cultura, levantando a questão da justiça ambiental ao acreditar que não existem normas nem da economia nem da ecologia para equacioná-la. Dessa maneira, esse autor compartilha ideias como as de Acsehrad e Leroy (1999), que indicam que novos atores sociais devem fazer parte da condução de ações políticas, participando assim da tomada de decisões para a construção de outras racionalidades<sup>24</sup> e de sustentabilidades democraticamente mais justas.

Para isso, os autores mencionados anteriormente, baseados nos princípios da equidade social e diversidade cultural, corroboram com a ideia de que devem ser construídos desenvolvimentos alternativos com mais justiça social e qualidade de vida. Contudo, a própria ideia de qualidade de vida não pode ser vista como única aos diferentes povos e culturas. Observa-se nesse trabalho, nas diferentes falas dos

---

<sup>24</sup> Enrique Leff trabalha com a ideia de racionalidade ambiental. Segundo o autor, a partir da perspectiva dessa nova racionalidade, “os objetivos de equidade e sustentabilidade implicam abolir o domínio do mercado e do Estado sobre a autonomia dos povos”. Dessa maneira, criaria condições para a “apropriação dos potenciais ecológicos” de cada uma das regiões de acordo com os valores culturais e interesses de cada comunidade (LEFF, 2001, p.77).

diferentes grupos sociais (gestores do PAC, gestores das UCs envolvidas, moradores da Comunidade de Itambi), nos diversos documentos analisados e na mídia, diferentes opiniões e concepções de qualidade de vida. Entretanto, percebe-se, em entrevistas e outros materiais analisados na pesquisa, que algumas dessas concepções são impostas como se fossem inquestionáveis, ou seja, concebíveis, aceitas e almejadas da mesma maneira por todos os sujeitos. No capítulo 3 analisar-se-á o que a Comunidade de Itambi compreende por qualidade de vida, suas reivindicações e, conseqüentemente, contradições com as políticas que são implementadas para o benefício dessa comunidade.

Mesmo que até o presente momento, as resistências e a busca por territorialidades alternativas que vão contra as *des-re-territorializações* impostas pelos grupos dominantes, tenham sido quase sempre silenciadas pela força, elas apresentam momentos de viva atividade:

(...) Há sempre uma relação dialética entre os processos globais de reestruturação do capitalismo com as resistências de nível local que, quase sempre derrotadas até o presente momento, têm antagonizado os modelos ocidentais de desenvolvimento. Essas resistências se dão nas nechas do vivido das práticas espaciais cotidianas em oposição ao processo brutal e transescalar das transformações (desenvolvimento) criadoras de renovadas representações (RUA, 2007, p.162).

Dessa maneira, busca-se, tal como Siqueira (2007), encontrar, através de valores éticos, a construção de conceito de sustentabilidade(s) que valorize a diversidade e a pluralidade. O *ethos* cultural global baseado em uma racionalidade econômico-política global reprodutor de um conceito teórico de sustentabilidade desenraizado e dessubstancializado não pode servir de inspiração nesse processo de re-conceitualização.

Esse trabalho então buscará os valores éticos da Comunidade de Itambi no *ethos* local, na esfera da sustentabilidade local, envolvendo dessa maneira seus valores culturais, ambientais e religiosos, construídos na escala local do território e que eticamente deixaram suas raízes identitárias (SIQUEIRA, 2007).

Acredita-se assim, tal como Furtado (2007), que o fator político é a esfera mais nobre das atividades criativas e que devemos tomar gosto pelo exercício da imaginação para assim darmos continuidade à construção do Brasil. Assim sendo, pensamos como Rua (2002) para quem o *lugar* é o ponto de partida para modelos de desenvolvimento menos desiguais e excludentes e, dessa maneira, a partir dele

é que se devem buscar as sustentabilidades, valorizando as tradições das populações locais ao invés de supervalorizar os interesses internacionais e nacionais (SILVA, 2006). Como salienta Siqueira (2007), “a força do *ethos* local é, sem dúvida, um paradigma de sustentabilidade para a formação do *ethos* global” (SIQUEIRA, 2007, p.20).

A construção de um espaço multidimensional, feito território, percebido como político e pleno de relações de poder/saber dentro de um *continuum* de apropriação e/ou dominação e socialmente mais justo necessita, assim, de desenvolvimentos autênticos com sustentabilidades específicas, autônomas, “portanto participativas inequívocas das transformações sociais” (RUA, 2007, p.172).

Concorda-se, então, com Acselrad (2009) para quem o caráter de uma política de desenvolvimento e sustentabilidade se trata, de fato, de escolhas. Saquet e Briskievicz (2009) ratificam que dependendo do caráter do projeto de desenvolvimento, se preservará ou não os traços identitários e simbólicos de cada território. Portanto, defende-se a busca de escolhas éticas e políticas que confrontam essa visão do pensamento único, ambiente único em que devemos economizar recursos. Segue-se então com alguns questionamentos de Acselrad (2009):

(...) com a realização de um grande investimento infraestrutural, quais riscos devem ser priorizados? O risco de descontinuar os planos de um modelo de integração com os capitais internacionais ou o risco de desestruturar as bases materiais de existência das populações locais (p.34)?

Analogicamente, identificamos essas questões com a realidade estudada. Que escolhas vêm sendo priorizadas com a entrada do COMPERJ no território estudado? Quais são os discursos? Quais são os interesses privilegiados? De quem e para quem? Quais são as contradições? O que está sendo desmantelado e o que está sendo construído? Quais são os sujeitos envolvidos? Questões que serão retomadas, analisadas e discutidas nos capítulos seguintes, para que assim possamos compreender também as resistências, as alternativas, as estratégias de luta e sobrevivência a partir de outras racionalidades.

Ainda neste trabalho serão observadas outras racionalidades, o que inclui a própria ideia de qualidade de vida a partir da própria Comunidade de Itambi, ou

seja, a partir de seus referenciais simbólicos, interesses e relação com a natureza, salientando assim a importância desses indivíduos nos processos decisórios na transformação do território em que eles estão inseridos, procurando fortalecer a luta dessa comunidade por mais direitos e liberdades.

Contudo, antes de qualquer coisa, é necessário compreender o contexto histórico-geográfico da realidade estudada, quais são as forças e os interesses envolvidos, para que possamos compreendê-la em suas diversas faces. Mais importante do que qualquer caracterização do território, muitas vezes genérica e dicotômica, é perceber a sua historicidade, ou seja, o seu contexto histórico-geográfico, já que os objetivos dos processos de territorialização tanto de dominação quanto o de apropriação, variam no tempo e no espaço, o que nos possibilita compreender a multiplicidade de poderes, os múltiplos sujeitos envolvidos e as múltiplas territorialidades em que estamos mergulhados (HAESBAERT, 2007).

Compreender assim o processo de *des-re-territorialização* vivenciado pela Comunidade de Itambi é entender o contexto multiescalar em que está inserida, o que envolve forças e interesses específicos. Territorialidades e interesses podem ser tanto econômicos e/ou políticos e/ou culturais e esses dão/darão as formas e determinados conteúdos ao território e aos territórios. Essas mesmas forças determinarão a desterritorialização e reterritorialização da Comunidade de Itambi, e a possível constituição de novas territorialidades nos mesmos ou diferentes lugares e períodos históricos (SAQUET, 2007, p.128).

No capítulo seguinte verificar-se-á o contexto histórico-geográfico em que a Comunidade de Itambi se insere, analisando-se as estratégias de desenvolvimento privilegiadas entre os gestores do território fluminense, na medida em que se compreenderão as ações e discursos voltados para a instalação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro no território em questão. Assim sendo, se verificarão os diversos atores, agentes, sujeitos e interesses, disputas, resistências e contradições que também se estabelecem no território. Somente assim poder-se-á compreender a dinâmica por qual passa hoje a Comunidade de Itambi e suas estratégias de luta por mais direitos e liberdades.